

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – Direitos Fundamentais	7
1.1 Origens históricas	7
1.2 Conceitos.....	11
1.3 Gerações de direitos fundamentais	16
1.3.1 Direitos fundamentais de primeira geração	16
1.3.2 Direitos fundamentais de segunda geração.....	17
1.3.3 Direitos fundamentais de terceira geração	20
1.3.4 Direitos fundamentais de quarta geração	21
1.3.5 Direitos fundamentais de quinta geração	21
1.4 Direitos sociais dos trabalhadores.....	23
1.5 Direitos fundamentais entre particulares	26
1.5.1 Teoria da negação da eficácia	31
1.5.2 Teoria da eficácia mediata ou indireta (<i>Mittelbare Drittwirkung</i>)	32
1.5.3 Teoria da eficácia imediata ou direta (<i>Unmittelbare Drittwirkung</i>)	34
1.5.4 Teoria dos deveres de proteção	36
Capítulo II – Direito Fundamental ao Trabalho.....	39
2.1 Fundamentos constitucionais dos direitos sociais	39
2.2 Direitos sociais e custos financeiros.....	44

2.3 Direitos sociais e deveres do Estado.....	45
2.4 Direitos sociais e a reserva do possível	49
2.5 Positivção dos direitos sociais	53
2.6 Indeterminabilidade dos direitos sociais.....	59
2.7 Não universalidade dos direitos sociais?	62
2.8 Direitos sociais como direitos fundamentais	70
Capítulo III – Proteção de Dados e Direito à Privacidade.....	79
3.1 Contexto histórico da proteção de dados	79
3.2 Proteção de dados sob a ótica da União Europeia	82
3.3 Previsão constitucional do direito à proteção de dados	88
3.4 Proteção de dados no plano infraconstitucional.....	90
3.5 Direitos de personalidade na relação laboral.....	96
3.6 Proteção de dados no Código do Trabalho	110
3.7 Proteção de dados pessoais dos candidatos a emprego	116
3.8 Burla à proteção de dados por meio de inteligência artificial.....	118
Capítulo IV – Direito ao Esquecimento	123
4.1 Considerações iniciais.....	123
4.2 Conceito e requisitos do direito ao esquecimento.....	135
4.3 Evolução histórica no velho continente.....	140
4.3.1 Concepção na Alemanha.....	141
4.3.2 Concepção na Espanha.....	151
4.3.3 Concepção na França.....	156
4.3.4 Concepção na Itália.....	166

4.3.5 Concepção em Portugal	172
4.4 Direito ao esquecimento no plano das normas comunitárias.....	177
4.5 Direito ao esquecimento no Brasil	181
4.5.1 Considerações gerais.....	182
4.5.2 Fundamentos constitucionais.....	182
4.5.3 Âmbitos de abrangência de <i>lege lata</i> e <i>lege ferenda</i>	187
4.5.4 Limitações à aplicação do direito ao esquecimento.....	197
4.5.5 Direito ao esquecimento à luz da jurisprudência do Brasil ...	220
Capítulo V – Direito ao Esquecimento no Âmbito Laboral.....	227
5.1 Análise crítica do esquecimento e seus reflexos no direito do trabalho.....	227
5.2 Esquecimento na fase pré-contratual.....	250
5.2.1 Cadastro de reclamantes ou “listas negras”	256
5.2.1.1 Práticas discriminatórias ou espaço de licitude do empregador?	256
5.2.1.2 Dados públicos ou pessoais do empregado?	259
5.2.1.3 Os Tribunais brasileiros e o princípio da publicidade.....	263
5.2.1.4 Acesso de dados para composição das listas/cadastros	267
5.2.1.5 Condutas discriminatórias e abuso do direito.....	269
5.2.1.6 Vilipêndio a direitos fundamentais do empregado.....	270
5.2.1.7 Instrumentos de reparação	273
5.2.2 Reinserção no mercado de trabalho dos condenados criminalmente	278
5.2.3 Profissões sensíveis.....	285

5.2.4 Testes, exames médicos e demais documentos exigidos para admissão ao trabalho	296
5.2.4.1 Certidão de antecedentes criminais	296
5.2.4.2 Certidão de inexistência de propositura de ações trabalhistas	299
5.2.4.3 Comprovante de experiência profissional prévia	301
5.2.4.4 Certidões de órgãos de proteção ao crédito	303
5.2.4.5 Testes e exames médicos	305
5.2.5 Investigação do conteúdo das redes sociais pelo potencial empregador	317
5.3 Esquecimento na fase contratual	318
5.4 Esquecimento na fase pós-contratual	326
5.5 Esquecimento na contratação coletiva	328
5.6 Reflexões sobre o esquecimento no prisma da jurisprudência	334
5.6.1 No Brasil	335
5.6.1.1 Direito ao esquecimento como direito à desconexão	335
5.6.1.2 Anotações desabonadoras na CTPS	337
5.6.1.3 Justa causa vs. perdão tácito	338
5.6.1.4 Listas negras	340
5.6.1.5 Perda de uma chance	342
5.6.1.6 Casuística: deturpação do direito ao esquecimento	347
5.6.2 Em Portugal	348
5.6.2.1 Direito ao esquecimento como direito à desconexão	349
5.6.2.2 Uso de rede social: justa causa não configurada	350

5.6.2.3	Justa causa de despedimento por abuso de liberdade de expressão do trabalhador em rede social	351
5.6.2.4	Uso de email: justa causa não configurada	352
5.6.2.5	Cancelamento de registo criminal para exercício de profissão que exija certidão de antecedentes.....	354
5.6.2.6	Liberdade de expressão do trabalhador e direito à honra e à imagem do empregador	355
5.6.3	Análise crítica de <i>leading cases</i> da jurisprudência comunitária.....	356
5.6.3.1	Caso González (TJUE)	357
5.6.3.2	Caso Manni (TJUE).....	359
5.6.3.3	Caso Hurbain (TEDH).....	362
	Conclusões.....	367
	Referências Bibliográficas.....	377